



TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

TAC/IMA Nº 18/2020

1. CELEBRANTE

Nome COMPROMISSÁRIO /Razão Social: Posto Rodrigues Eireli- EPP
CNPJ: 31.882.085/0001-02
Endereço: Rua 14 de setembro, 206
Município: Maceió
Representante legal: Benilton Rodrigues de Oliveira
CPF: 023. [REDACTED]

2. AUTORIDADE CELEBRANTE

Nome: INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE DE ALAGOAS
CNPJ: 12.958.179/0001-73
Endereço: Av. Major Cícero de Góes Monteiro, nº 2197, Mutange, Maceió-AL
Representante Legal: Gustavo Ressurreição Lopes
CPF: 051.912.644-01
Cargo: Diretor presidente

3. ORIGEM DA OBRIGAÇÃO PECUNIÁRIA

3.1.

Auto de infração: Série A Talão 000133 Folha 006629
Data da lavratura: 18/02/2020
Data do pedido de Suspensão: 19/02/2020
Valor original do Auto: R\$ 13.485,00
Valor do auto com reenquadramento: 1.348,50
Termo de embargo: Série C Talão 036 Folha nº 002259

4. FUNDAMENTO LEGAL E JUSTIFICATIVA

4.1. O presente Termo de Ajustamento de Conduta encontra previsão legal no Art. 36 da Lei Estadual nº 6.787, de 22 de dezembro de 2006, que autoriza a suspensão da exigibilidade de até 70% (setenta por cento) da multa administrativa mediante o compromisso do autuado de prestar ou executar serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente.

4.2. Justifica a decisão de firmar o presente Termo de Ajustamento de Conduta a disposição do Art. 1º, VII, da Lei nº 6.340, de 3 de dezembro de 2002, que determina a utilização dos valores arrecadados com a aplicação de sanções



pecuniárias em planos, projetos, programas e atividades voltadas à proteção do meio ambiente.

4.3 Considerando o enquadramento de porte, conforme previsão legal no Art. 30, parágrafo 2º, inciso I, II e III da Lei Estadual nº 6.787, de 22 de dezembro de 2006.

5. OBRIGAÇÕES DO COMPROMISSÁRIO

O Compromissário compromete-se, pelo presente Termo de Ajustamento de Conduta, a prestar ou executar os serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente abaixo, nos prazos assinalados:

5.1. O COMPROMISSÁRIO reconhece haver descumprido a legislação em razão de fazer funcionar estabelecimento, atividade utilizadora de recursos ambientais, considerados efetivas ou potencialmente poluidora ou degradadora do meio ambiente, sem licença dos órgãos ambientais competentes.

5.2. Por este instrumento, o COMPROMISSÁRIO assume a obrigação de regularizar-se, perante o órgão ambiental, onde dará entrada no processo de licença de operação, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da assinatura do presente termo, devendo concluir o processo no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias.

5.3. Por este instrumento, o COMPROMISSÁRIO se compromete a realizar a quitação do valor do auto de infração enquadrado como empreendimento de pequeno porte de R\$ 1.348,50 (um mil trezentos e quarenta e oito reais e cinquenta centavos).

6. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

A aceitação e assinatura do presente Termo de Ajustamento de Conduta implicam nas seguintes obrigações das partes:

6.1. DO COMPROMISSÁRIO:

a) Recolhimento da multa de que trata este Termo de Ajustamento de Conduta, no prazo indicado no respectivo documento de arrecadação fornecido pelo IMA/AL, juntando o comprovante aos autos;



b) Renúncia expressa de qualquer medida judicial ou administrativa com o objetivo de infirmar o Auto de Infração lavrado pelo IMA/AL, objeto deste Termo ou de reduzir o seu valor, a partir de sua assinatura, independente de eventual rescisão por descumprimento;

c) Cumprimento fiel e nos prazos assinalados as obrigações descritas no Item 5 deste Termo.

6.2. DA AUTORIDADE CELEBRANTE:

a) Promover a quitação da multa pecuniária cuja exigibilidade foi suspensa após o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo Compromissário;

c) Autoriza a continuidade das atividades durante o período de validade do presente termo, desde que estejam sendo cumpridas as previsões legais e sendo cumpridos os prazos presentes nas cláusulas acordadas neste termo de ajustamento de conduta.

7. TERMOS GERAIS

7.1. Este Termo de Ajustamento de Conduta tem força de título executivo extrajudicial conforme preceitua o Art. 5º, §6º da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, e seu descumprimento implicará na aplicação de multa, equivalente ao valor remanescente não cumprido pelo Compromissário e sua inscrição na Dívida Ativa do Estado;

7.2. O descumprimento das obrigações do Compromissário, devidamente atestado por funcionário do IMA/AL, ensejará a rescisão unilateral do Termo de Ajustamento de Conduta pela Autoridade Celebrante e a restauração do débito remanescente nos sistemas do órgão, para consolidação e cobrança pelas vias normais;

7.3. O presente Termo de Ajustamento de Conduta refere-se única e exclusivamente à suspensão da exigibilidade da multa pecuniária decorrente do Auto de Infração identificado no item 3, não servindo como licença ambiental da atividade objeto da autuação nem produzindo efeitos na esfera penal.



7.4. Este documento é assinado em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, por espontânea vontade das partes, que declaram estar cientes de todas suas condições.

Maceió, 19 de fevereiro de 2020.

POSTO RODRIGUES EIRELI-EPP

DIRETOR PRESIDENTE DO IMA-AL

TESTEMUNHA:

CPF: 042.225.169-50

TESTEMUNHA: Daiane Samara E. Farias

CPF: 122.183.804-04

